

RESUMO DO RELATÓRIO DE POLÍTICA EDUCACIONAL

Aprendizagem Híbrida?

Orientações para regulamentação e adoção com qualidade, equidade e inclusão

AUTORES: Paulo Blikstein, Lívia Macedo, Mariana Lederman Edelstein, Renato Russo, Fabio Campos e Rodrigo Barbosa e Silva. APOIO DE PESQUISA: Danilo Silva, Flávia Passos e Éliton Meireles de Moura

1] INFORMAÇÕES INICIAIS

Durante a pandemia de covid-19, redes de ensino de diversos países precisaram oferecer espaços de aprendizagem não presenciais. No Brasil, a partir de um parecer promulgado em julho de 2020 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), as secretarias e as escolas receberam orientações para a realização de atividades pedagógicas presenciais e não presenciais, tendo que se organizar rapidamente para adaptar e implementar o uso de novas tecnologias digitais. Dado o contexto, é fundamental nos debruçarmos sobre aprendizagem híbrida a fim de reconhecer e valorizar as práticas, mapear o que ainda precisa ser aprimorado ou “desenvolvido e debater sobre regulamentação, considerando as desigualdades sociais e econômicas do contexto nacional.

2] RELEVÂNCIA DO TEMA PARA O DEBATE DE POLÍTICAS NACIONAIS

O relatório analisa experiências internacionais, estratégias emergenciais e de recuperação de aprendizagem, condições para mediações tecnológicas e a centralidade da docência, no intuito de compreender as abordagens híbridas e contribuir para a formulação de políticas. A regulamentação da aprendizagem híbrida pode ser uma oportunidade para a educação brasileira, caso sua implementação seja guiada por evidências sólidas e por uma discussão ampla, aberta e democrática. É preciso compreender se, como, quando e sob quais condições usar essas abordagens.

SOBRE O RELATÓRIO

[Parceria

Dados para um Debate Democrático na Educação (D³e), *Transformative Learning Technologies Lab (TLTL)*, Fundação Telefônica Vivo e *Lemann Center*.

[Propósito

Contribuir para o debate sobre a aprendizagem híbrida na educação básica, considerando as evidências sobre o uso e a adoção em outros países, e esclarecer do que eles dependem para alcançar os avanços desejados.

[Motivação

Este relatório tem duas motivações. A primeira é a urgência de uma discussão sobre a aprendizagem híbrida e a integração das tecnologias à educação, a partir do levantamento de evidências. A segunda: contribuir com a comunidade educadora brasileira na travessia entre as práticas emergenciais adotadas durante a pandemia e o uso efetivo desses recursos em regime permanente.

Data de publicação

JUNHO/2022

[ACESSE o Relatório de Política Educacional](#)

3] DESAFIOS DA APRENDIZAGEM HÍBRIDA

CONCEITUALIZAÇÃO

Durante a elaboração do Relatório, **identificamos várias maneiras de definir aprendizagem híbrida.**

Nossa proposta é adotar os seguintes conceitos:

- A** incentiva o trabalho construcionista (ou “mão na massa”) e permite que estudantes participem de experimentos e projetos enriquecedores em contextos físicos diversos;
- B** considera a importância fundamental do professor e de sua formação para atuar nessa nova modalidade;

C respeita fatores externos mas fundamentais para a aprendizagem, como espaço de estudo, acesso igualitário a equipamentos e conexão, contexto familiar e saúde mental do aluno e educador;

D combina momentos de aprendizagem presenciais (na escola) e ambientes de aprendizagem remotos (em casa ou em outros espaços do território do aluno).

Existe a ideia de que a aprendizagem híbrida, por si só, é capaz de promover um aprendizado mais “ativo”, suposição que não encontra respaldo em pesquisas acadêmicas.

EVIDÊNCIAS

Para comparar a eficácia da aprendizagem híbrida com a da oferta presencial, ainda são necessárias evidências robustas e avaliações sobre que tipos de dados e pesquisas devem ser priorizados. **Como não há evidências suficientes sobre a efetividade de**

elementos de abordagens híbridas de maneira isolada, adotar uma política pública que as privilegie pode ser um risco. Qualquer iniciativa requer análise, acompanhamento e autorizações que favoreçam a observação e a mensuração dos resultados.

INCLUSÃO DE ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ao promover um ambiente de aprendizagem remoto, é necessário garantir o acesso e a inclusão de todos os estudantes. É preciso também atuar ativamente na remoção de barreiras que impeçam

o aprendizado por parte dos alunos com deficiência em condição de igualdade com os demais. Por isso, é essencial ter dados atualizados sobre quem são esses alunos e quais são as principais barreiras.

4] EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

Examinamos exemplos distantes e próximos do Brasil em termos de maturidade econômica e tamanho da população. Foram alcançados os seguintes destaques das políticas dos diferentes países estudados:

- **Uruguai e União Europeia:** políticas nacionais robustas, prévias à pandemia. Por lá, a educação contava com estratégias de tecnologias educacionais bem definidas e suporte governamental.
- **Austrália:** antes da pandemia, já havia desenho e implementação de estratégias

nacionais de fomento a metodologias de ensino e aprendizagem mais “mão na massa”.

- **China:** além da mobilização nacional, adotou estratégias descentralizadas e delegou às escolas decisões para que os educadores pudessem definir as melhores abordagens.

5] RECOMENDAÇÕES

> **Adoção da abordagem híbrida dividida em três condições de uso, ou “gatilhos” para a introdução de políticas e ações:**

- **emergencial** com componente remoto;
- **recomposição da aprendizagem** com componente remoto; e
- **períodos regulares** com foco na ampliação da oferta e inovação pedagógica.

Cada um dos três contextos deve ter políticas específicas em relação ao prazo permitido para sua aplicação, à proporção permitida para aulas remotas, à forma de aplicação de avaliações e de mensuração de aprendizado e à flexibilização para regulamentar o apoio de membros da comunidade ou de voluntários qualificados (no caso de aprendizagem híbrida emergencial). Cada etapa da educação básica exige uma estratégia, considerando a fase de desenvolvimento e os objetivos de aprendizagem em cada ano.

> **Provisionamento de infraestrutura adequada para práticas com tecnologias digitais e implementação eficaz de ações de aprendizagem híbrida, garantindo acesso a computadores e banda larga.** São necessárias ações efetivas e mensuráveis de fornecimento de equipamentos, conexão e recursos de software e hardware para ambientes educacionais. É essencial o acesso irrestrito a pelo menos dois elementos em casa e na escola: computador e conexão permanente à internet.

> **Estabelecimento de regras e contratos que orientem sobre o cumprimento das obrigações legais com a infância e juventude de forma transparente e audível, garantindo o uso ético de dados pessoais.** Poder público, conselhos de educação, secretarias e órgãos educacionais têm legitimidade para estabelecer as regras, que devem priorizar ganhos de aprendizagem e gestão, sem prejudicar a privacidade de estudantes e docentes, assim como definir limites aceitáveis para modelos de negociação entre entes privados e públicos. A regulação deve ser objetiva e específica para contratos de serviços de tecnologia a redes e escolas.

> **Redesenho de programas de formação de professores para contemplar habilidades de autoria com tecnologia e desenvolvimento de pensamento crítico com relação a suas aplicações.** Além do tempo de formação, é fundamental apoiar o processo de experimentação e consolidação das novas habilidades digitais; garantir espaço para planejamento da atividade docente (a participação ativa dos estudantes no ambiente híbrido demandará um professor preparado para as especificidades e com maior tempo de planejamento e execução) e evitar sobrecarga de trabalho.

> **Integração com políticas nacionais, programas, leis e regulamentações que dizem respeito a assuntos pertinentes ou correlatos à aprendizagem híbrida.** Há iniciativas em andamento, como a Política de Inovação Educação Conectada (PIEC) do MEC e o Wifi Brasil (Telebras, Ministério das Comunicações). A regulação sobre aprendizagem híbrida também precisa dialogar com a legislação existente. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Marco Civil da Internet e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) terão aplicação para segurança, bem-estar e garantia do melhor interesse de crianças e adolescentes em ambientes mediados por tecnologias digitais.

> **Produção de estudos e monitoramento de programas-piloto, e definição de um novo marco regulatório baseado em pesquisas e práticas reconhecidas pelas comunidades acadêmica e educacional.** É essencial que as estratégias brasileiras de aprendizagem híbrida fomentem estudos independentes, monitorados por órgãos públicos, academia e sociedade, para medir a eficácia das novas experiências. A partir da análise científica de resultados, evita-se a construção de políticas motivadas por impressões subjetivas. O debate sobre evidências e experiência acumulada de políticas e estudos conduzidos no contexto brasileiro é fundamental e os estudantes devem ter voz ativa.

TABELA - CONTEXTOS PARA ADOÇÃO DA APRENDIZAGEM HÍBRIDA: COMPARATIVO

TIPO		
USO EMERGENCIAL Estratégias para situações de emergência, quando a ida à escola não for possível.	RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM Utilizada após emergências e/ou em cenários em que a recomposição da aprendizagem seja fundamental.	AMPLIAÇÃO DA OFERTA PEDAGÓGICA Utilizada em momentos de estabilidade, aplicada sempre que possível.
Objetivos		
Redução das possíveis perdas de aprendizagem e manutenção de vínculo socioemocional com a comunidade escolar.	Retomada e recomposição da aprendizagem após situações emergenciais que causem alterações significativas na rotina escolar ou em casos de grande defasagem na aprendizagem.	Exploração, experimentação e expressão: permitir ao aluno trabalhar em projetos, experimentos e outras experiências autênticas possibilitadas pela tecnologia.
Recursos		
Estudantes e docentes devem ter dispositivos móveis ou computadores fornecidos pelo poder público, com conexão à internet. Quando o acesso a esses equipamentos não for possível, escolas devem disponibilizar materiais impressos, no mínimo, e acesso a biblioteca ou tecnologias desplugadas.	Estudantes e docentes devem ter acesso a dispositivos móveis ou computadores fornecidos pelo poder público, com conexão à internet. Escolas devem dispor de laboratórios, físicos ou virtuais, de acesso aberto.	Escola deve ter acesso e conhecimento sobre recursos educacionais abertos, além de conexão e computadores. Recomendável que a escolha das atividades considere o acesso pessoal de estudantes a tecnologias digitais.
Considerações		
1. Adequação: mesmo em situações de emergência, a modalidade remota nem sempre é a melhor solução, sobretudo considerando estudantes com deficiência, acesso a equipamentos, espaço físico na residência e faixa etária.	1. Adequação: mesmo em situações de emergência, a modalidade remota nem sempre é a melhor solução, sobretudo considerando pessoas com deficiência, acesso a equipamentos, espaço físico na residência e faixa etária.	1. Privacidade: atividades em ambiente digital, sobretudo as que envolvem a captação de dados pessoais, podem colocar em risco a privacidade pessoal.
2. Currículo: repriorizar o currículo em tempos de emergência. Utilizar o território como recurso pedagógico e aprendizagem por projetos.	2. Currículo: retomar o currículo original gradualmente, mantendo espaços de conexão com o território.	2. Equidade: deficiências físicas, cognitivas, necessidades específicas e outras situações pessoais devem ser levadas em conta. As pessoas não acessam, usam ou constroem tecnologias da mesma forma..
3. Estresse e trauma: considerar a situação emergencial maior e seus efeitos sobre a comunidade escolar. Considerar a redução da carga horária total e realizar atividades além do conteúdo, com foco na saúde mental de estudantes, docentes e pessoal administrativo e pedagógico.	3. Estresse e trauma: ponderar a situação emergencial maior e seus efeitos sobre a comunidade escolar. Considerar a redução da carga horária total e realizar atividades além do conteúdo, com foco na saúde mental.	3. Formato: atividades de ampliação da oferta pedagógica não podem ser traduzidas em mera transposição da didática de sala de aula para ambientes digitais. Laboratórios virtuais, recursos multimídia e projetos liderados por estudantes são recomendados.
4. Diagnóstico e protocolo: secretarias de Educação devem manter atualizados diagnóstico sobre disponibilidade de equipamentos para estudantes e docentes, e protocolos de ação e situação emergencial.	4. Tutorias: possibilidade de uso de estratégias remotas síncronas e mediadas em complemento ao ensino presencial. Realização de atividades mediadas em grupos ou individuais. Uso de estratégias não mediadas, como jogos e vídeos.	4. Tempo: atividades assíncronas não mediadas não devem substituir a carga horária escolar oficial.
5. Modalidade: diversificar meios, sem concentração, em uma única modalidade.	5. Pessoas: considerar quais profissionais podem organizar atividades de tutoria digital.	5. Formação: o papel de curadoria, desenho e escolha de emprego de recursos digitais é de professores.



A associação civil sem fins lucrativos **Dados para um Debate Democrático na Educação (D³e)** colabora para o aprimoramento do debate educacional brasileiro e para a qualificação do uso do conhecimento científico no desenvolvimento de políticas educacionais fundamentadas e consistentes, que promovam educação equitativa e de qualidade no Brasil.

Autores do Relatório de Política Educacional

Paulo Blikstein, Livia Macedo, Mariana Lederman Edelstein, Renato Russo, Fabio Campos e Rodrigo Barbosa e Silva.
APOIO DE PESQUISA: Danilo Silva, Flávia Passos e Éliton Meireles de Moura

Autores do Resumo Beatriz Vichessi e Carolina Cotta

Revisão de texto Victor Ferreira

Projeto gráfico e diagramação LABIRIN.TO